15:59 71%

Opinião do GLOBO

Absolvição de Moro respeita voto de quase 2 milhões

Placar unânime no TSE demonstra que a Corte não se deixa usar para fins políticos

É sintomático que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tenha absolvido por unanimidade o senador Sergio Moro (União-PR) da acusação de abuso de poder econômico na pré-campanha eleitoral de 2022. O julgamento demonstrou que não tinham amparo na lei as alegações de PT e PL contra o ex-juiz que se tornou símbolo da Operação Lava-Jato. Elas tinham todas as características de uma retaliação política contra quem mandara prender expoentes petistas, como o hoje presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e saíra atirando contra o então presidente Jair Bolsonaro ao deixar seu governo. Não é acaso que adversários, certos da cassação, já se movimentavam de olho na vaga no Senado.

PT e PL deixaram o antagonismo de lado para alegar que Moro levara vantagem sobre os concorrentes ao se declarar candidato à Presidência meses antes da campanha oficial. Argumentavam que, com isso, ele gastou acima do permitido a quem disputava uma vaga ao Senado. Ora, é obviamente absurdo alegar que Moro tentou concorrer ao Planalto apenas para depois levar vantagem na eleição ao Senado. As decisões foram tomadas diante das circunstâncias políticas. Ele já era figura conhecida devido à Lava-Jato e não precisava de subterfúgios para ganhar visibilidade. Mudanças assim não são incomuns. O atual governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), também foi eleito depois de tentar a Presidência.

Em seu voto, o relator da ação contra Moro, ministro Floriano de Azevedo Marques, apontou brechas na Lei Eleitoral em relação à pré-campanha, chamou de "vacilante" a candidatura de Moro, classificou gastos dele como "censuráveis", mas ressaltou não ter observado conduta que pudesse levar à cassação. "Para caracterizar uma conduta fraudulenta, é preciso mais do que estranhamento, indícios, suspeita ou convicção. É preciso haver prova — e prova robusta", afirmou. Seu voto foi seguido pelos outros seis ministros.

Pelos cálculos de Marques, Moro gastou na pré-campanha 17,47% do teto, e não é possível classificar esses gastos como abusivos, pois nem a lei nem a jurisprudência estabelecem parâmetro objetivo. Também não foram considerados abusivos gastos com carros blindados e segurança. O presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, afirmou que candidatos que recebem ameaças precisam desses recursos e que isso não configura vantagem em relação aos concorrentes.

Para além da discussão jurídica, a decisão do TSE foi feliz ao respeitar a vontade de 1,9 milhão de eleitores paranaenses que, nas eleições de 2022, escolheram Moro para representá-los. Seria absurdo que se cassasse esse direito legítimo dos cidadãos apenas com base em desavenças políticas ou no desejo de vendeta contra as ações de Moro quando era juiz ou ministro, por mais criticáveis que possam ter sido. Em qualquer democracia que se preze, divergências ideológicas ou políticas não se resolvem nos tribunais, mas nas urnas.

Plenário tem dever de examinar decisões de Toffoli sobre Odebrecht

Não é razoável que um juiz decida sozinho o destino de casos de tamanha repercussão

Ninguém pode acusar o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), de inconsistência nas suas decisões em casos recentes de corrupção. Na terça-feira, seguindo comportamento que já configura um padrão, ele anulou os atos da Operação Lava-Jato contra Marcelo Odebrecht, ex-presidente da Odebrecht (rebatizada Novonor).

Em fevereiro, Toffoli suspendeu os pagamentos das multas (de R$ 8,5 bilhões) do acordo de leniência da Odebrecht com o Ministério Público na Lava-Jato. Cinco meses antes, invalidara as provas desse mesmo acordo (e, em dezembro, cancelara o pagamento de multas de R$ 10,3 bilhões noutro acordo de leniência, da J&F na Operação Greenfield). A decisão sobre o acordo da Odebrecht foi alvo de recursos, cuja análise está suspensa até que termine a renegociação dos acordos de leniência da Lava-Jato conduzida pelo ministro André Mendonça noutra ação.

Todas as decisões de Toffoli têm uma característica comum: foram tomadas de forma monocrática. Ele não infringe nenhuma norma ao examinar sozinho os recursos dos acusados. Mas comete um erro, dada a relevância do tema. Um simples pedido seu levaria os casos a plenário. É temerário que não tenham sido submetidos ao restante do STF. Para o cidadão comum, já sem entender as muitas mudanças de jurisprudência neste e noutros casos, essa relutância em levar a questão ao plenário contribui para a credibilidade da Corte.

Para justificar a decisão desta semana, Toffoli voltou a lançar mão de mensagens trocadas entre o então juiz Sergio Moro e integrantes do Ministério Público obtidas ilegalmente. "Diante do conteúdo dos frequentes diálogos entre magistrado e procurador especificamente sobre o requerente, bem como sobre as empresas que ele presidia, fica clara a mistura da função de acusação com a de julgar", escreveu. No fim do despacho, ressaltou que a declaração de nulidade dos atos praticados na 13ª Vara Federal de Curitiba, então sob o comando de Moro, não implica a anulação do acordo de colaboração firmado por Marcelo Odebrecht. Dessa forma, o empresário ainda pode usufruir os benefícios conquistados nesse acordo.

No entender de Toffoli, houve conluio entre integrantes da Lava-Jato e "certos" magistrados, acusados de ignorar o processo legal, o contraditório e a ampla defesa para garantir objetivos "pessoais e políticos". Isso, segundo ele, é inadmissível num Estado Democrático de Direito. Ora, também é condição basilar da confiança na democracia a certeza de que criminosos confessos serão punidos com o rigor da lei.

Não há dúvida de que a Lava-Jato cometeu excessos e que isso deve ser levado em conta ao avaliar suas sentenças e punições. Mas nada disso apaga toda a roubalheira confessada, comprovada por documentos, testemunhos e gravações. Diante de tema tão relevante sobre o passado recente, com reflexos no futuro do país, os 11 ministros do STF têm o dever de se manifestar. Não é razoável que um único juiz tenha o poder de tomar decisões tão graves sobre casos com tamanha repercussão.

Artigos

oglobo.globo.com/opiniao/
cartas@oglobo.com.br

ARTIGO

Como combater o ceticismo climático

MATIAS SPEKTOR, JULIANA CAMARGO E GUILHERME FASOLIN

As enchentes no Rio Grande do Sul não se limitam a uma tragédia natural. Também são um grito de alerta para toda a sociedade. Em pesquisa recém-publicada no periódico Nature Communications, oferecemos uma anatomia do negacionismo climático no Brasil.

Os resultados de nosso estudo são claros: no Brasil, há consenso sobre a existência e causas humanas da mudança do clima, mas enorme ceticismo a respeito da severidade de suas consequências. Quase metade da população é descrente na gravidade do problema, especialmente nas regiões Sul e Nordeste.

Diferentemente dos Estados Unidos e da Europa, onde o ceticismo climático é frequentemente associado a cidadãos de direita com baixa educação, no Brasil ele atravessa todo o espectro político e todas as faixas educacionais. Além disso, experiências pessoais com eventos extremos, como enchentes e queimadas, não são suficientes para convencer os brasileiros dos impactos negativos da crise climática, já que muitos podem atribuir o problema a fatores como planejamento urbano inadequado ou falta de investimento em defesa civil.

O estudo também identifica pela primeira vez quem são os céticos climáticos do Brasil: aqueles que desconfiam da capacidade do Estado de resolver problemas práticos da sociedade e preferem soluções particulares, apoiando-se em redes de apoio pessoal como família, amigos e igrejas.

Não é difícil entender o apelo do ceticismo climático no Brasil. Afinal, ceticismo não é apenas negação. É também resistência à dependência de um Estado ineficiente para resolver os problemas cotidianos dos cidadãos, inclusive a crise ambiental.

No entanto possos resultados também apontam o caminho a seguir. É crucial que governo, sociedade civil, setor privado e mídia desenvolvam novas formas de comunicação com a sociedade. Esses atores precisam aprender a falar a língua daqueles que apresentam mais resistência a mensagens sobre a gravidade da mudança do clima — quase metade da população.

Experiências pessoais com eventos extremos não são suficientes para convencer os brasileiros dos impactos da crise climática

Uma forma de fazer isso é apresentar soluções para a crise climática que enfatizem benefícios de curto prazo. Por exemplo, obras de infraestrutura talhadas para adaptar o país a um planeta mais quente devem ser pensadas de modo a gerar benefícios imediatos para a população no curto prazo, tendo em vista a dificuldade que a população tem de apoiar investimentos cujo retorno ocorrerá no futuro distante.

Uma comunicação eficaz demanda que as mensagens pró-clima venham não apenas de políticos profissionais ou ativistas sociais, mas também de influenciadores e lideranças com credibilidade junto àqueles brasileiros mais céticos em relação ao papel do Estado na provisão de bens públicos. Empresários, agentes do mercado financeiro, lideranças comunitárias e pastores de igrejas de denominações religiosas as mais variadas têm papel crucial para tornar o público cético mais receptivo a essas mensagens.

A estratégia que propomos tem como objetivo ampliar a tenda, fazendo da ação pró-clima um chamado universal capaz de ressoar em diferentes segmentos da sociedade, inclusive os mais descrentes na gravidade do problema. A intenção é impedir que a severidade da crise climática polarize a sociedade. Esse novo alinhamento é essencial num país onde o público tem bons motivos para desconfiar da proteção do Estado.

A eficácia da resposta brasileira à crise climática depende da mobilização da opinião pública. Sem mobilização popular, é improvável que a classe política tome iniciativas eficazes para adaptar o país aos impactos crescentes da mudança do clima. Para alcançar esse engajamento essencial, é urgente reduzir o ceticismo climático na sociedade. Dialogar de forma persuasiva com aqueles que ainda duvidam da gravidade da crise é crucial. Somente com um público informado e unido na demanda por ações decisivas e imediatas veremos a mudança necessária.

Matias Spektor e **Juliana Camargo** são pesquisadores da Escola de Relações Internacionais da FGV, e **Guilherme Fasolin** é doutorando na Universidade Vanderbilt

N. da R.: Merval Pereira voltará a escrever no dia 2 de junho

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Maia, André Vianna, Fábio Bartosz, Luiza Bapista e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwiis - leila.suwiis@sp.oglobo.com.br
Saúde: Arthur Dias Lopes - arthur.a.dias@oglobo.com.br
Segundo Caderno: Marcelo Ballas - ballas@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br
Vozes e redes sociais: Tiago Dantas - tiago.c.dantas@oglobo.com.br
Audiência: Catarina Goulart - gad@oglobo.com.br
Acervo e Pesquisa: William Fidal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Ballas - ballas@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br
E. Vieira Cunha - mcunha@oglobo.com.br
Bairros: Viktor Calmon Filho - mailcrio@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Maurício Xavier (interino) - mauricio.xavier@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou, pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades) 0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito ou débito automático em conta-corrente (preço de seguinte ao mês vigente)
Leste RJ, MG, SP e ES: R$ 165,90
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Demais regiões: RJ, SP, MG e ES: R$ 10,00
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não aceita em contrato para cobrança de muito ou nenhuma da assinatura. Desconfiem qualquer contato a respeito desses temas. Fique de O GLOBO em seu poder de venda, acesse para verificar o seu Portal@oglobo.com.br

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 **Classifone** (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de notícias: (21) 2534-5501 Banco de imagens: (21) 2534-5777
Pesquisa: (21) 2534-5201

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4350 Missas, religiosos e Kinofone: (21) 2534-4033 Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5150

FSC MIX PAPER
A marca do manejo florestal responsável
Leia mais e faça parte. Certificado FSC
CARBON FREE